

Pontos de convergência entre as Políticas de Informação em Saúde e a Arquivologia: a Gestão de Documentos no 2º PlaDITIS para as inovações nos serviços de saúde

Luiz Conrado de Farias Neto

Graduando em Arquivologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: lneto3@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7476191229092551>

Gillian Leandro de Queiroga Lima

Professor do Instituto de Ciência da Informação (ICI) da UFBA. Doutorando em Difusão do Conhecimento.

Email: gillianqueiroga@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5842800916317000>

Francisco José Aragão Pedroza Cunha

Professor Adjunto do Departamento de Documentação e Informação da UFBA. Professor colaborador do

Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFBA. Doutor em Difusão do

Conhecimento pelo Programa de Pós-graduação Multi-institucional e Multidisciplinar da Faculdade de

Educação da UFBA. Mestre em Ciência da Informação pela UFBA

E-mail: pedrozaici@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3549702267586529>

Resumo

Identifica termos no 2º Plano Diretor para o Desenvolvimento da Informação e Tecnologia de Informação em Saúde (2º PlaDITIS) e relacioná-los com a Gestão de Documentos (GD). Parte dos pressupostos de que os arquivos são mecanismos de transferência de informação com potencial para propiciar inovações nos serviços, e que diretrizes da GD se aplicam nas Políticas de Informação em Saúde. Os métodos de Análises de Conteúdo e de Redes Semânticas são utilizados como estratégias para as informações levantadas nas pesquisas documental e bibliográfica. Os resultados revelam que os termos relacionados aos princípios, técnicas e procedimentos arquivísticos são pouco referenciadas no 2º PlaDITIS, o que resulta na necessidade de aprofundar os temas relacionados à GD, aos processos de tratamento, organização e disseminação das informações orgânicas em saúde nas próximas edições do plano. Por fim, é requerido que os gestores e os agentes da assistência, promoção e prevenção à saúde adotem as práticas arquivísticas possibilitando a geração de inovações, reduzindo a incongruência, profissionalizando a GD e potencializando a aprendizagem organizacional e as inovações nos organismos produtores de serviços de atenção à saúde.

Palavras-chave: Gestão de Documentos. Arquivos em Saúde. Políticas de Informação em Saúde.

1 INTRODUÇÃO

Esta comunicação relaciona a Gestão de Documentos (GD) com as atividades desenvolvidas no âmbito da promoção, prevenção e assistência à Saúde. De acordo com Cunha (2014), os trabalhos desta natureza são, apesar de importantes, pouco abordados pela literatura nacional científica. Reflexões baseadas na ausência de critérios arquivísticos em políticas de informação publicadas, na área da Saúde, nos últimos anos sugerem que a Arquivologia tem atuação pouco expressiva no que diz respeito à busca de diálogo com os gestores e os formuladores destas políticas de saúde. O diálogo interdisciplinar auxilia áreas do conhecimento distintas na solução de demandas técnicas-científicas (CUNHA; OLIVEIRA; LIMA, 2015).

Nascimento e Valentim (2012) afirmam que o (re)conhecimento por parte dos gestores das atividades relacionadas a otimização dos processos que envolvem a GD é fundamental para a tomada de decisão nestes organismos¹. Cunha, Oliveira e Lima (2015, p. 208) relatam que os Organismos Produtores de Serviços de Atenção à Saúde (OPSAS) “tendem a se tornar volumosos depósitos de documentos, inviáveis para receber tratamento”, caso não institucionalizem as comissões e os instrumentos que normatizem a GD. Neste contexto é despertada a curiosidade em verificar a abordagem sobre informação orgânica² nas políticas nacionais de informação em saúde.

Parte-se do pressuposto, com base nos trabalhos de Cunha, Ribeiro e Pereira (2013), de Cunha (2014), de Cunha, Oliveira e Lima (2015), e de Cunha e outros (2016) que os arquivos são mecanismos de transferências de informações que proporcionam a aprendizagem organizacional e a inovação gerencial nos OPSAS e que diretrizes voltadas à GD são recorrentes nas políticas de informações destes organismos. Por meio da Arquivologia é possível sugerir aportes relacionados à GD e sistemas de arquivos de modo a agregar valor às políticas nacionais de informação em saúde, com vistas a efetivar a tomada de decisões dos profissionais e gestores das entidades coletivas pertencentes ao sistema de saúde brasileiro. Diante do exposto, o **objetivo** desta comunicação é identificar termos no 2º Plano Diretor para o Desenvolvimento da

¹ Os organismos produtores compreendem: “[...] os serviços, as instituições e as organizações inseridas no sistema de saúde de um dado território.” (CUNHA, OLIVEIRA; LIMA, 2015, p.208)

² Segundo Rousseau e Couture (1998), a informação orgânica é toda informação derivada de atividades condizentes com a missão das entidades que as produzem, recebem ou acumulam.

Informação e Tecnologia de Informação em Saúde (2º PlaDITIS) e relacioná-los com a GD.

Defende-se que a GD pode ser considerada uma inovação a ser implementada pelos OPSAS. Entende-se que os documentos de arquivos são dependentes de uma gestão e requerem o desenvolvimento de políticas de informações nos OPSAS para nortear diretrizes de tratamento e organização para propiciar assim a Aprendizagem Organizacional e a Inovação Gerencial(CUNHA, 2014).

Os resultados apresentados nesta comunicação são produtos de uma pesquisa de iniciação científica sobre a GD no âmbito dos OPSAS, a partir do plano de trabalho “Gestão de Documentos e Sistemas de Arquivos em Saúde”, vinculado ao projeto “Informação, documentos, arquivos e repositórios em saúde: mecanismos de difusão de conhecimentos para as inovações gerenciais nos sistemas de saúde³”, realizado pelo Grupo de Estudos de Políticas de Informação, Comunicações e Conhecimento (GEPICC).

Esta comunicação está organizada em cinco seções, além da introdução, a saber: o PlaDITIS e as políticas de informações em saúde na promoção de inovações; Gestão de Documentos de arquivos: os arquivistas no tratamento e na organização da informação orgânica; procedimentos metodológicos; análise e discussão das informações prospectadas: arquivos, informação orgânica e arquivista; e, considerações finais.

2 O PLADITIS E ASPOLÍTICAS DE INFORMAÇÕES EM SAÚDE NA PROMOÇÃO DE INOVAÇÕES

Elaborado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), o 2º PlaDITIS fomenta o debate crítico e propositivo no âmbito da Informação e das Tecnologias de Informação (ITIS). Este plano envolve entidades de ensino e pesquisa, instituições de serviços de saúde, instâncias produtoras, gestores e usuários das ITIS das três esferas de governo, de todas as regiões do país, além de representações da sociedade civil(ABRASCO, 2013).

³ Projeto aprovado pelo Edital PROPCI/UFBA 01-2016 e 01- 2017 pelo programa PIBIC. Pesquisa desenvolvida no âmbito dos seguintes programas: Edital n.º 020/2013 – Programa de Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde – PPSUS – BA – FAPESB/SESAB/CNPq; Edital PROPCI-PROEXT-PROPG/UFBA 01/2013 PROUFBA – Programa Pense, Pesquise e Inove a UFBA; Edital PROPCI/PROPG – UFBA 004/2016 PROGRAMA DE APOIO A JOVENS PROFESSORES DOUTORES PROPESQ; Edital CHAMADA UNIVERSAL MCTI/CNPq N° 01/2016.

O PlaDITIS tem como premissa colaborar com o diálogo entre os agentes de ensino e pesquisa associados da ABRASCO e das organizações públicas responsáveis na execução das políticas de saúde voltadas para a área das ITIS. O texto do segundo PlaDITIS passou por consulta pública e como resultado deste processo amplo e participativo foram definidas cinco dimensões estratégicas para o desenvolvimento das ITIS no Brasil.

A primeira dimensão trata sobre Governança e Gestão da Informação e TI em Saúde, abrange o papel do estado e a relação público-privado, governança e modelos da gestão da ITIS, suas responsabilidades e sistemas de informações/ *e-health*; a segunda dimensão aborda a Pesquisa, o Desenvolvimento e a Inovação em Informação e TI em Saúde; a terceira dimensão trata sobre o Ensino e a Formação Permanente de equipes de informação e TI em saúde; a quarta traz aportes sobre Ética, Privacidade e Confidencialidade; e por último, a quinta dimensão discute sobre ITIS, com enfoque na democracia, no controle social e na justiça cognitiva.

Mendonça e Giovanela (2007), ao abordarem o desenvolvimento e a formação do profissional em políticas públicas de saúde, afirmam que as informações que subsidiam as políticas públicas podem advir de fontes diversificadas e são frutos de um construto histórico e social que auxiliam as entidades a entender a realidade dos profissionais. A informação orgânica em saúde é objeto de políticas públicas de informação enquanto *res pública*. Essas políticas são definidas como

[...] o conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social - que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação (JARDIM; SILVA; NHARRELUNGA, 2009, p. 9).

O PlaDITIS surge por meio do Grupo Temático de Informações em Saúde e População (GTISP) com o compromisso de continuar um amplo e democrático processo dialógico sobre as ITIS. Observa-se que o PlaDITIS não se trata de uma política pública de informação, embora, o seu conteúdo esteja inserido diretamente nas agendas governamentais e é do interesse para a Saúde Coletiva, pois não é produzido pelo Estado ou suas partes constituintes.

Este Plano possui uma potencialidade para a geração de inovações nos sistemas e nas redes de atenção à saúde, pois em algumas das suas dimensões é possível encontrar diretrizes voltadas para o tratamento e a organização da informação em saúde. Essas informações são orgânicas e abrangem a GD e o fazer arquivístico na área da saúde. Drucker (1987), ao abordar fontes de inovação, as divide em duas categorias: as relacionadas ao ambiente interior e as relacionadas ao ambiente exterior das organizações (Quadro 1).

Quadro 1: As sete fontes de inovação

Inovações relacionadas ao ambiente interior	Inovações relacionadas ao ambiente exterior
O inesperado	Mudanças demográficas
Mudanças na estrutura dos setores industrial e mercadológico	Mudanças em percepção, disposição e significado
A inovação baseada na necessidade do processo	Conhecimento novo
A incongruência	

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em Drucker (1987)

A “incongruência” e “a inovação baseada na necessidade do processo” são as fontes de inovação selecionadas para representar a inovação no contexto desta comunicação, visto que podem ser relacionadas diretamente aos OPSAS⁴. A “incongruência” equivale à disparidade entre a realidade como ela é e como deveria ser. Já a “inovação baseada na necessidade do processo” refere-se às atividades organizacionais realizadas de maneira ultrapassada ou ineficiente (DRUCKER, 1987). No caso dos OPSAS há uma carência da assimilação dos procedimentos e técnicas arquivísticas, comprometendo as oportunidades da geração de aprendizagem organizacional e das inovações no âmbito assistencial e administrativo (CUNHA; RIBEIRO; PEREIRA, 2013).

Uma inovação tecnológica é considerada como

[...] a concepção de um novo produto, novo serviço ou novo processo, bem como a adição de novas funcionalidades ou características a produtos, serviços ou processos que signifique melhorias incrementais e

⁴Ressalta-se que as fontes de inovação foram escolhidas por critério de abrangência, as duas escolhidas podem representar a GD em um contexto mais amplo.

efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando numa maior competitividade no mercado. (LUZ, 2015, p. 56).

O Manual de Oslo fornece maneiras e diretrizes para a coleta e interpretação de dados sobre inovação (OCDE,1997). Uma destas maneiras é a de avaliar a inovação quanto ao seu impacto, podendo ser “incremental” ou “radical”. A inovação incremental torna um processo, já existente, mais eficiente ou proveitoso, ao passo que a radical interfere na raiz das atividades que circundam o processo, gerando assim um novo processo.

Cunha, Ribeiro e Pereira (2013) e Cunha e outros (2016) tratam a GD como um processo indutor para as inovações, é considerada, também, como uma inovação de processo incremental ou radical para aqueles organismos que já a assimilaram ou não, respectivamente.

As inovações demandam mudança cultural e competência dos agentes sociais em tratar a informação como insumo estratégico, transformando-a em uma forma de obtenção de sustentabilidade e de produtividade, por meio do conhecimento compartilhado e aplicado. O compartilhamento do conhecimento na sociedade contemporânea se configura por meio das redes humanas, de computadores e de telecomunicações viabilizando a transformação dos atos e fatos em informação por meio dos registros em um suporte analógico ou eletrônico (CUNHA, 2014). Supõe-se que os OPSAS atuem tendo como recursos estratégicos a informação e as tecnologias de informação para propiciar as inovações no âmbito assistencial e administrativo, potencializando a sustentabilidade da promoção, prevenção e atenção à saúde.

3 GESTÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVOS: OS ARQUIVISTAS NO TRATAMENTO E NA ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO ORGÂNICA

Arquivologia é a “disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnica a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos” (DBTA, 2005, p. 37). Nascimento e Valentim (2012) sinalizam que a principal função dos arquivos é de servir à administração, visto seu potencial para propiciar as tomadas de decisões. A lei nº 8.159/91 discorre sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e define a GD como: “o conjunto de procedimentos e

operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente” (BRASIL, 1991).

Os documentos de arquivos são considerados de valores primário (administrativo, probatório e jurídico) e secundário (científico, cultural e histórico) (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). Os valores dos documentos são definidos por meio da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) e institucionalizados nas Tabelas de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTDD) (CONARQ, 2201 e 2005).

Desde o período final do século passado, meados de 1980, a Arquivologia passa a enfrentar um novo desafio, a popularização dos documentos digitais, isto é, os arquivos que são produzidos e mantidos em meios e mídias digitais. O documento de arquivo no âmbito digital

[...]vai além da peculiaridade do suporte. Na verdade, nesse novo ambiente, o documento foge totalmente aos padrões mais conhecidos, como a linguagem alfabética, registrada em papel e de leitura direta, bem como sua relação inextricável com o suporte. No mundo digital tudo é codificado em linguagem binária e, para se tornar acessível aos olhos humanos, precisa de intermediação de programas computacionais igualmente codificados em bits, numa sofisticação tecnológica que passa despercebida à maioria dos usuários (RONDINELLI, 2013, p.231).

Frente a estas demandas, o arquivista é o profissional qualificado para realizar a gestão dos documentos gerados, recebidos e/ou acumulados no decorrer das atividades de uma organização. No Quadro 2 são relatadas as funções arquivísticas.

Quadro 2: As funções Arquivísticas

Função	Definição
Criação	Contempla procedimentos voltados para a gênese, padrões, formatos, modelos e tramitação dos documentos de arquivos.
Aquisição	Engloba procedimentos de entrada dos documentos nos sistemas de arquivos.
Descrição	Identificar e explicar o contexto e o conteúdo dos documentos de arquivos.
Classificação	Criação e utilização de planos de classificação dos documentos de arquivos que reflitam as funções, atividades, ações ou tarefas do organismo produtor.
Avaliação	Determina prazos e destinação final dos documentos de arquivos para eliminação ou guarda permanente.
Conservação/Preservação	Abrange os procedimentos que buscam preservar e ou restaurar documentos de arquivos.
Difusão/Disseminação	Promover o acesso, a recuperação e a utilização dos documentos de arquivos.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Rousseau e Couture (1998), CIA (2001) e Santos(2007).

Assimilar as funções arquivísticas facilita a compreensão da relação existente entre o arquivista, o arquivo e a organização. Estas visam atender a um dos objetos de estudo da Arquivologia: a informação orgânica (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). Carvalho e Longo (2002, p. 115) definem informações orgânicas como o “conjunto de informações sobre um determinado assunto, materializada em documentos arquivísticos que, por sua vez, mantêm relações orgânicas entre si e foram produzidos no cumprimento das atividades e funções da organização”.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em relação ao objetivo, esta pesquisa é exploratória e descritiva e são adotados os procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental, possui também abordagem quali-quantitativa, por prospectar, quantificar informações e imputar inferências. Faz uso das técnicas de análise de conteúdo (BARDIN, 2016) e de análise de redes semânticas (PEREIRA *et al*, 2011).

Para efeitos de análise dos dados prospectados e discussão dos resultados foram pré-definidas três categorias operacionais: “Arquivo”, “Informação orgânica” e “Arquivista”. Obedecendo a primeira fase da pesquisa, com base nos critérios da análise de conteúdo (Quadro 3), foi feita a leitura flutuante do 2º PlaDITIS, estabelecendo-se um primeiro contato com o plano (BARDIN, 2016).

Quadro 3: Etapas da análise de conteúdo

Etapas	Descrição
A pré-análise	Onde há a leitura “flutuante” do material a ser analisado, com o objetivo de “se deixar invadir por impressões”
A exploração do material	Aqui, são realizados os procedimentos que concernem à categorização (classificação, enumeração, etc.)
O tratamento dos dados	Fase final onde é realizado o tratamento das informações analisadas e, a esses, são imputadas as inferências da figura do analista.

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em Bardin (2016)

Após a leitura inicial, constatou-se que o 2º PlaDITIS traz uma síntese dos marcos referenciais e de suas cinco dimensões estratégicas na parte introdutória, por esta razão optou-se por delimitar a análise das informações a serem prospectadas apenas às seções de caráter introdutório (Quadro 4).

Quadro 4: Seções do 2º PLADITIS

Documento	Sumário completo	Seções analisadas
2º PlaDITIS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação 2. Contexto de Elaboração do 2º PLADITIS 3. Premissas 4. Principais Marcos Referenciais Adotados no 2º PlaDITIS 5. Dimensões Estratégicas para o Desenvolvimento da Informação e TI Em Saúde <ol style="list-style-type: none"> 5.1. <u>Primeira Dimensão</u>: Governança e Gestão da Informação e TI em Saúde <ol style="list-style-type: none"> 5.1.1. Papel do Estado e Relação Público-Privado 5.1.2. Governança e Modelo de Gestão da ITIS 5.1.3. Responsabilidades da Gestão da ITIS 5.1.4. Definição de Padrões e Certificações de Sistemas de Informações/E-Health 5.2. <u>Segunda Dimensão</u>: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Informação e TI em Saúde. 5.3. <u>Terceira Dimensão</u>: Ensino e Formação Permanente de Equipes de Informação e TI em Saúde 5.4. <u>Quarta Dimensão</u>: Ética, Privacidade e Confidencialidade 5.5. <u>Quinta Dimensão</u>: Informação e Tecnologia de Informação em Saúde – Democracia, Controle Social e Justiça Cognitiva. 6. Referências 7. Integrantes do GTISP/ABRASCO participantes da OT PLADITIS 2013-2017 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação 2. Contexto de Elaboração do 2º PLADITIS 3. Premissas 4. Principais Marcos Referenciais Adotados no 2º PLADITIS

Fonte: Elaborado pelos autores

Depois de selecionadas as seções utilizadas, o material em questão foi explorado de forma sistemática. Em seguida, foi construída uma matriz de coocorrência de palavras para subsidiar a construção da rede semântica. O Quadro 5 apresenta os critérios adotados para cada uma destas técnicas de análise.

Quadro 5: Técnicas de análise aplicadas

Técnica de Análise	Etapa	Descrição
Análise de conteúdo	1	Pré-análise, que compreende a leitura “flutuante” dos documentos, a determinação do universo da análise, e a aplicação das regras de exaustividade, representatividade, da homogeneidade e da pertinência (BARDIN, 2016).
	2	Exploração do material, fase que, segundo Bardin (2016, P. 131), é “[...] longa e fastidiosa, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas”.
Análise de Redes Semânticas	3	Construção da matriz, fase essencialmente técnica, inerente a ambas as análises, dependente de padrões e regras previamente definidas e que antecede à construção das redes propriamente ditas.
	4	Análise das redes semânticas, técnica que fornece a visualização sistemática da relação entre os termos previamente descritos na matriz de coocorrência.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para a construção da matriz de coocorrência de palavras e elaboração das redes semânticas foram adotados os procedimentos propostos por Pereira e outros (2011). Neste processo foram utilizados *softwares* (Excel, Gephi, CreatePajek), além de aportes conceituais de Cunha e outros (2016) e gramaticais de Cegalla (2004). O Quadro 6 apresenta as regras utilizadas para a inserção das palavras na matriz de coocorrência.

Quadro 6: Regras e padrões adotados na análise de coocorrência

Regra	Descrição
1.	Cada frase consiste em uma única sentença.
2.	Palavras ou termos cuja seqüência complementem o senti do da expressão por meio de um <i>underline</i> ("Buraco negro" se torna "buraco_negro").
3.	Prevalecer a linguagem técnica.
4.	Corrigir palavras escritas de maneira incorreta.
5.	Palavras no plural são alteradas para o singular; simplificar termos com diferenciação de tempo e gênero para um fator comum e acrescentar uma barra (/).
6.	Manter palavras separadas por hífen ("e-mail").
7.	Traduzir sentenças de outras línguas.
8.	Eliminar sinais de pontuação (ponto final, ponto e vírgula, pontos de interrogação e exclamação, reticências).
9.	Desconsiderar artigos, substantivos próprios, pronomes pessoais ou possessivos, adjetivos pátrios e advérbios.
10.	Ignorar termos repetidos.
11.	Reduzir os verbos e os adjetivos ao radical do léxico (exemplo - "acolhem-se" e "acolhido" tornam-se "Acolh")

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em Pereira e outros (2011).

Foram realizados ajustes na tabela de coocorrência de palavras, onde as informações coletadas passaram por uma filtragem, servindo como *proofing*⁵. Para melhor visualização dos dados revelados foram selecionados como filtros das informações levantadas o "componente gigante" da rede (exclui vértices que não se conectam com o maior componente da rede) e o "intervalo de grau" (seleciona os termos com maior coocorrência na rede).

⁵Etapa que visa corrigir possíveis erros. Onde registros iguais (mas por alguma razão duplicados), ou com distinções de gênero e tempo verbal, eram mesclados e se tornavam um só.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS INFORMAÇÕES PROSPECTADAS: ARQUIVOS, INFORMAÇÃO ORGÂNICA E ARQUIVISTA

O Quadro 7 apresenta o número de vértices (termos) revelados a partir dos filtros pré-estabelecidos. Tais filtros foram utilizados com os objetivos de: 1) identificar os termos que possuem maior coocorrência na rede; 2) Identificar características dos termos revelados que se assemelhem com as categorias pré-selecionadas: “Arquivo”, “Arquivista” e “Informação Orgânica”.

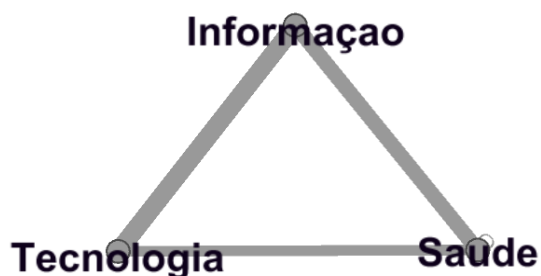
Quadro 7: Relação entre o intervalo de grau utilizado e vértices apresentados na rede

Intervalo de grau	Número de vértices apresentados
≥200	3
≥150	6
≥125	13

Fonte: Elaborado pelos autores

A Figura 1 apresenta as palavras com maior grau de coocorrência na rede (intervalo de grau ≥200). São evidenciados os termos que mais ocorrem simultaneamente na mesma sentença. Percebe-se, a partir das arestas, que os termos não se relacionam com a mesma intensidade (visível na representação das arestas).

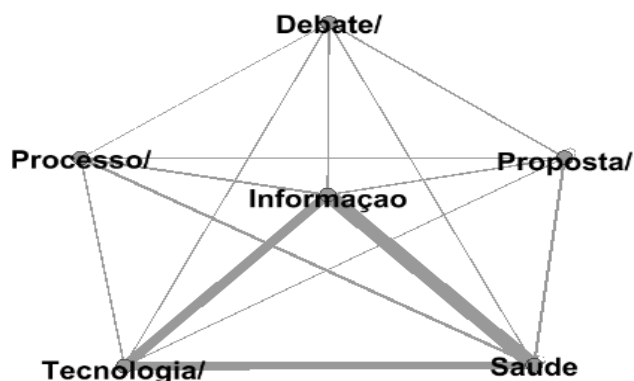
Figura 1: Primeiro recorte da rede semântica



Fonte: Elaborado pelos autores

Já na Figura 2, ao utilizar o filtro com maior abrangência (intervalo de grau ≥ 150) surgiram outros termos: processo, proposta e debate. O que remetem a necessidade de discussão entre os processos relacionados aos OPSAS, incluindo nesta questão a GD.

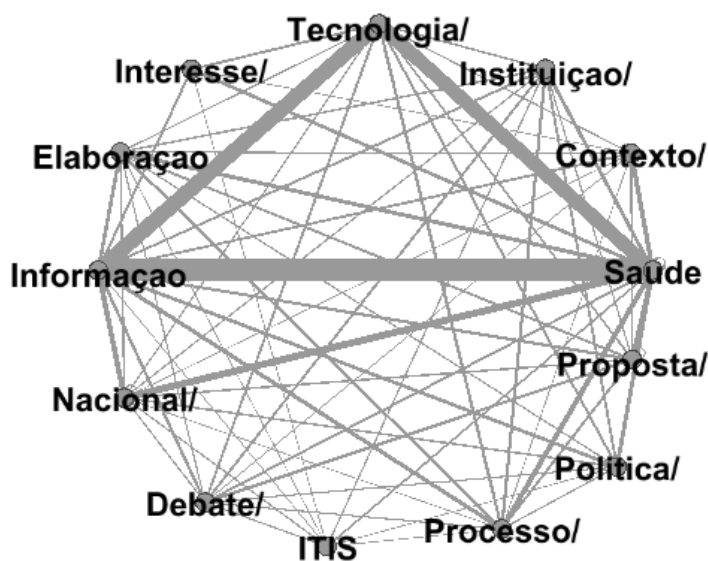
Figura 2: Segundo recorte da rede semântica



Fonte: Elaborado pelos autores

A Figura 3, ao utilizar um filtro com maior abrangência em relação aos utilizados nas Figuras 1 e 2 (intervalo de grau ≥ 125) surgem termos ainda mais diversos: contexto, interesse, elaboração, instituição, política, ITIS e nacional. O que pode remeter a necessidade de inclusão de propostas interdisciplinares no âmbito do PlaDITIS, conseqüentemente, das políticas de informação em saúde.

Figura 3: Terceiro recorte da rede semântica



Fonte: Elaborado pelos autores

Após análise dos termos mais recorrentes (informação, saúde e tecnologia) e com base no referencial teórico, pode-se dizer que o termo “informação” pode ser relacionado com a categoria “Arquivo”. A noção de arquivos é tão ampla quanto à de informação, quando não especificada. Essa relação permite que as inferências suscitadas pela relação entre “informação” e “saúde” ou “tecnologia” possam ser também modeladas, evidenciando associações possíveis entre as categorias operacionais desta comunicação.

A forte ligação entre os termos “Informação” e “Saúde”, evidencia o quanto é necessário categorizar a natureza/finalidade da informação. Apesar do 2º PlaDITIS não fazer distinção pragmática da natureza, fica evidente que o documento se refere, principalmente, à informação orgânica.

As informações orgânicas registradas em suportes analógicos ou eletrônicos configuram os documentos de arquivo em saúde. Por este motivo, é fundamental que as agências, entidades ou organismos produtores, a exemplo dos OPSAS, integrem entre os seus profissionais de informação, o arquivista.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados revelam que os termos relacionados a princípios, técnicas e procedimentos arquivísticos são pouco referenciadas no 2º PlaDITIS, o que resulta na necessidade de aprofundar os temas relacionados à GD, aos processos de tratamento, organização e disseminação das informações orgânicas em saúde nas próximas edições do plano.

A legitimação dos princípios e técnicas derivadas da Arquivologia em políticas de informação contribuirá na profissionalização da gestão dos sistemas de arquivos em saúde e em minimizar o acúmulo e a ingerência das suas massas documentais produzidas, recebidas e acumuladas. Além da possibilidade de subsidiar as inovações gerenciais em seus sistemas e redes de atenção à saúde.

Neste contexto, é recomendável que os profissionais da Arquivologia se sintam estimulados a participar no desenvolvimento das próximas edições do PlaDITIS e que os profissionais da área de saúde e áreas afins possam compreender a importância do uso

dos procedimentos e técnicas arquivísticas para a saúde. Espera-se que tal recomendação propicie o desenvolvimento de diretrizes sobre o uso das práticas voltadas à GD nos OPSAS com vistas a gerar inovações gerenciais no âmbito da assistência e da administração.

Ao que parece, há um desconhecimento sobre o papel dos arquivistas na GD em saúde e destes nos processos de formulação de dispositivos desta natureza. Por tanto, é requerido que os gestores e os agentes da promoção, prevenção e atenção à saúde adotem as práticas arquivísticas possibilitando a geração de inovações, reduzindo a incongruência e profissionalizando a GD e potencializando a aprendizagem organizacional e as inovações nos OPSAS.

Points of convergence between Health Information Policies and Archiving: Document Management in the 2nd PlaDITIS for innovations in health services

Abstract

Identify terms on the "2º Plano Diretor para o Desenvolvimento da Informação e Tecnologia de Informação em Saúde" (2º PlaDITIS) and relate them to the Records Management (RM). It take off of the assumptions that archives are information transfer mechanisms with the potential to foster innovations in services, and that RM guidelines are applicable in Health Information Policies. The methods of Content Analysis and Semantic Networks are used as strategies for the gathering of information in the documentary and bibliographic research. The results show that the terms related to the principles, techniques and archival procedures are little referenced in the 2º PlaDITIS, which results in the need to deepen the issues related to RM, treatment processes, organization and dissemination of organic health information in the next editions of the policy. In conclusion, it is required that managers and agents of health assistance, promotion and prevention, adopt archival practices, thus enabling innovations, reducing incongruity, professionalizing RM and enhancing organizational learning and innovations in the Health services producers organizations.

Keywords: Records Management. Health Archives. Health Information Policies.

REFERÊNCIAS

ABRASCO. Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Grupo Técnico de Informação em Saúde e População (GTISP). **2º Plano Diretor para o Desenvolvimento da Informação e Tecnologia de informação em Saúde:2º. PlaDITIS 2013-2017.** Brasília, 2013.

ARQUIVÍSTICA, DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <[http://www.portal.arquivo.nacional.gov.br/Media/Dicicion % 20Term% 20Arquiv. pdf](http://www.portal.arquivo.nacional.gov.br/Media/Dicicion%20Term%20Arquiv.pdf)>. Acesso em: 09 de outubro de 2017

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 09 jan. 1991.

CARVALHO, E. L.; LONGO, R.M.J.. Informação orgânica: recurso estratégico para tomada de decisão pelos membros do conselho de administração da UEL. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 113-133, dez. 2002. ISSN 1981-8920. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1703>>. Acesso em: 23 set. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2002v7n2p113>.

CARVALHO, M. M. de. **Inovação: estratégias e comunidades de conhecimento**. Editora Atlas SA, 2009.

CEGALLA, D. P. **Nova minigramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CIA). **ISAD(G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

CONARQ. **Conselho Nacional de Arquivos, Resolução n.º 14**, de 24 de outubro de 2001.

CONARQ. **Conselho Nacional de Arquivos, Resolução n.º 22**, de 30 de junho de 2005.

CUNHA, F. J. A. P. Gestão de documentos, aprendizagem e inovação organizacional em hospitais. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 29 – 42, 2014.

CUNHA, F. J. A. P.; OLIVEIRA, L. A. F. de; LIMA, G. L. de Q. A função de avaliação na gestão documental em hospitais. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 206 – 225, 2015.

CUNHA, F. J. A. P.; RIBEIRO, N. M.; MONTEIRO, R. L. S.; PEREIRA, H. B. de B. Social network analysis as a strategy for monitoring the dissemination of information between hospitals. **TransInformação**. Campinas. v. 28, n. 3, p. 309-322. 2016.

CUNHA, F. J. A. P.; RIBEIRO, N. M.; PEREIRA, H. B. de B. Records management: A basis for organizational learning and innovation. **TransInformação**. Campinas, v. 25, n. 2, p. 159-165. 2013.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor: Prática e princípios**. São Paulo: Pioneira, 1987.

JARDIM, J. M. A pesquisa em arquivologia: métodos, especificidades e diálogos. In: NEVES, D. A. de B.; ROCHA, M. M. V.; SILVA, P. (Org.). **Cartografia da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil: IV REPARQ**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016. p. 73-90.

JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. de A.; NHARRELUGA, R. S. Análise de Políticas Públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p.2-22, 2009.

JUNIOR, A. S. de L. TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO E CURRÍCULO. In: _____ **Tecnologias inteligentes e educação: Currículo hipertextual**. Rio de Janeiro: Quartet; Juazeiro: FUNDESF, 2005.

LUZ, C. **Primitivos digitais: uma abordagem arquivística**. Salvador: 9Bravos, 2015.

LUZ, C. **Arquivologia 2.0: A informação digital humana**. Excertos de um Arquivista 2.0 no mundo digital. FDigital, 2010.

MENDONÇA, M. H.M.; GIOVANELLA, L. Formação em política pública de saúde e domínio da informação para o desenvolvimento profissional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 601-610, 2007.

NASCIMENTO, N. M. do; VALENTIM, M. L. P. A relação entre os estudos de tipologia documental e o processo decisório. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. Cap. 15, p. 291-308.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Manual de Oslo: proposta de Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação Tecnológica**. [S. l.]: OCDE; FINEP, 1997.

PEREIRA, H. B. B.; FADIGAS, I. S.; SENNA, V.; MORET, M. A. Semantic networks based on titles of scientific papers. **Physica A**, v. 390, p. 1192-1197. 2011.

RONDINELLI, R. C.. **O Documento arquivístico ante a realidade digital**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Glossário. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, V. B. dos. **A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento**. In: Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. SANTOS, V. B. dos; INNARELLI, H. C.; SOUSA, R. T. B. de (Orgs.). Distrito Federal: SENAC, 2007.